

INSTRUÇÕES ADMINISTRATIVAS:

CIRCULAR N.º 4/2017, DE 10 DE FEVEREIRO, DO GABINETE DA DIRETORA GERAL DA AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

A Circular n.º 4/2017, de 10 de fevereiro, determinou que Autoridade Tributária e Aduaneira (adiante AT), na sequência da jurisprudência do Supremo Tribunal Administrativo, procedesse à revisão da interpretação administrativa do n.º 2 do artigo 270.º do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, expressa no ponto III do anexo à Circular n.º 10/2015, na parte relativa à isenção de Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) na aquisição de imóveis, no âmbito de uma insolvência [↗](#).

OFÍCIO CIRCULADO N.º 20194, DE 23 DE FEVEREIRO, DA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES

O Ofício Circulado n.º 20194, de 23 de fevereiro, aprovou as instruções administrativas relativas ao novo modelo da declaração de rendimentos modelo 3 e respetivas instruções de preenchimento, a ser utilizado a partir de janeiro de 2017, relativamente aos rendimentos dos anos de 2015 e seguintes [↗](#).

ORIENTAÇÃO TÉCNICA N.º 3 DA COMISSÃO DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA

A Comissão de Normalização Contabilística emitiu o entendimento sobre o tratamento contabilístico que deve ser adotado para a reavaliação fiscal dos ativos fixos tangíveis das empresas [↗](#).

LEGISLAÇÃO:

DESPACHO N.º 55/2017, DE 24 DE JANEIRO, DA SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O Despacho n.º 55/2017, de 24 de janeiro, aprovou as tabelas de retenção na fonte, para vigorarem durante o ano de 2017, aplicáveis aos rendimentos auferidos por titulares residentes na Região Autónoma dos Açores [↗](#).

DESPACHO N.º 1268/2017, DE 6 DE FEVEREIRO, DA DIRETORA GERAL DA AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

O Despacho n.º 1268/2017, de 6 de fevereiro, identificou os nomes dos contribuintes cuja situação tributária deve ser acompanhada pela Unidade dos Grandes Contribuintes, segundo os critérios a que se referem as alíneas a), b) e c) do artigo n.º 1 da Portaria n.º 130/2016, de 10 de maio [↗](#).

DECRETO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA N.º 10/2017, DE 14 DE FEVEREIRO, DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

O Decreto do Presidente da República n.º 10/2017, de 14 de fevereiro, ratificou o Acordo entre a República Portuguesa e o Governo das Ilhas Turcas e Caicos sobre a Troca de Informações em Matéria Fiscal, assinado em Londres, em 21 de dezembro de 2010, e aprovado pela Resolução da Assembleia da República n.º 20/2017, de 6 de janeiro de 2017 [↗](#).

RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA N.º 22/2017, DE 14 DE FEVEREIRO, DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

A Resolução da Assembleia da República n.º 22/2017, de 14 de fevereiro, aprovou a Convenção entre a República Portuguesa e o Principado de Andorra para evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em Nova Iorque em 27 de setembro de 2015 [↗](#).

DECRETO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA N.º 12/2017, DE 14 DE FEVEREIRO, DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

O Decreto do Presidente da República n.º 12/2017, de 14 de fevereiro, ratificou a Convenção entre a República Portuguesa e o Principado de Andorra para evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em Nova Iorque em 27 de setembro de 2015, e aprovada pela Resolução da Assembleia da República n.º 22/2017, de 14 de fevereiro [↗](#).

RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA N.º 23/2017, DE 14 DE FEVEREIRO, DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

A Resolução da Assembleia da República n.º 23/2017, de 14 de fevereiro, aprovou o Acordo entre a República Portuguesa e o Belize sobre Troca de Informações em Matéria Fiscal, assinado em Londres em 22 de Outubro de 2010 [↗](#).

DECRETO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA N.º 14/2017, DE 16 DE FEVEREIRO, DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

O Decreto do Presidente da República n.º 14/2017, de 14 de fevereiro, ratificou o Acordo entre a República Portuguesa e o Belize sobre a Troca de Informações em Matéria Fiscal, assinado em Londres, em 5 de outubro de 2010, e aprovado pela Resolução da Assembleia da República n.º 23/2017, de 14 de fevereiro [↗](#).

RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA N.º 25/2017, DE 16 DE FEVEREIRO, DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

A Resolução da Assembleia da República n.º 25/2017, de 16 de fevereiro, aprovou o Acordo entre a República Portuguesa e o Governo das Ilhas Virgens Britânicas sobre Troca de Informações em Matéria Fiscal, assinado em Londres, em 5 de outubro de 2010 [↗](#).

DECRETO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA N.º 15/2017, DE 16 DE FEVEREIRO, DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

O Decreto do Presidente da República n.º 15/2017, de 16 de fevereiro, ratificou o Acordo entre a República Portuguesa e o Governo das Ilhas Britânicas sobre a Troca de Informações em Matéria Fiscal, assinado em Londres, em 5 de outubro de 2010, e aprovada pela Resolução da Assembleia da República n.º 25/2017, de 16 de fevereiro [↗](#).

RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA N.º 27/2017, DE 17 DE FEVEREIRO, DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

A Resolução da Assembleia da República n.º 27/2017, de 17 de fevereiro, aprovou o Acordo entre a República Portuguesa e os Estados de Guernsey sobre Troca de Informações em Matéria Fiscal, assinado em Londres, em 9 de julho de 2010 [↗](#).

DECRETO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA N.º 17/2017, DE 17 DE FEVEREIRO, DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

O Decreto do Presidente da República n.º 17/2017, de 17 de fevereiro, ratificou o Acordo entre a República Portuguesa e os Estados de Guernsey sobre a Troca de Informações em Matéria Fiscal, assinado em Londres, em 9 de julho de 2010, aprovado pela Resolução da Assembleia da República n.º 27/2017, de 17 de fevereiro [↗](#).

DECRETO – LEI N.º 19/2017, DE 14 DE FEVEREIRO, DO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

O Decreto – Lei n.º 19/2017, de 14 de fevereiro, procedeu à criação de um sistema eletrónico que permite uma maior celeridade no procedimento de verificação dos pressupostos da isenção constante da alínea b) do n.º 1 do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), assim como a recolha de informação relevante para a definição de critérios de risco com vista à prevenção e controle de fraude [↗](#).

PORTARIA N.º 74/2017, DE 22 DE FEVEREIRO, DO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

A Portaria n.º 74/2017, de 22 de fevereiro, definiu os procedimentos para que as despesas referentes à alimentação em refeitório escolar, de alunos inscritos em qualquer grau de ensino, em 2016, sejam dedutíveis à coleta do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), nos termos previstos no n.º 1 do artigo 78.º-D do Código do IRS, independente da entidade que presta o referido serviço e da taxa de IVA aplicada [↗](#).

DECRETO – LEI N.º 22/2017, DE 22 DE FEVEREIRO, DO MINISTÉRIO DA CULTURA

O Decreto–Lei n.º 22/2017, de 22 de fevereiro, procedeu à criação de um incentivo fiscal à produção cinematográfica, através do aditamento do artigo 59.º-E ao Estatuto dos Benefícios Fiscais [↗](#).

PROPOSTA DE UMA ALTERAÇÃO À DIRETIVA (UE) 2016/1164, PELO CONSELHO EUROPEU

O Conselho Europeu propôs uma alteração à Diretiva (UE) 2016/1164, relativa aos instrumentos e entidades fiscais híbridas (*hybrid mismatches*) [↗](#).

ALTERAÇÃO AO ACORDO DE MARRAKESH QUE ESTABELECEU A ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE COMÉRCIO [↗](#).